

TEKOÁ: A LITERATURA NATIVA E SUAS LINHAS DE FUGA

Francis Mary S. C. da Rosa

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a reestruturação do projeto de pesquisa da dissertação do mestrado em Crítica Cultural, apontado a proposta de mapeamento e experimentação do trabalho a ser construído. Buscou-se por meio da divisão dos capítulos um plano de obra que possibilite uma leitura e um modo de produção inserido no próprio esforço da filosofia deleuziana de encarar a atividade conceitual como um problema. Desta forma, há uma tentativa de rompimento com a linearidade e a busca por uma experimentação no campo filosófico de forma a compreender os deslocamentos, dobras e polissemias que uma leitura do ativo e reativo no campo histórico, literário e filosófico podem produzir no bojo das estruturas e dispositivos de poder.

Palavras-chave: Literatura. Devir Menor. Subalternidade. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

A competência do fazer filosófico não é somente um ato reprodutivo e, sim, antes de tudo, criativo para Deleuze. Com esse emblema, a filosofia deleuziana leva o ato criativo à categoria do próprio fazer filosófico. Segundo Machado (1990, p.5) a filosofia deleuzeana é um entrecruzamento de “conceitos oriundos da própria filosofia” e de sua leitura de filósofos consagrados por ele e a utilização de imagens conceituais de outros domínios, como da botânica, literatura, artes. É um eterno diálogo entre o filosófico e o não – filosófico, e o que não é propriamente filosófico, sua filosofia propõe uma abordagem semiótica (VASCONCELOS, 2005, p. 1218).

Simplesmente chegou a hora, para nós, de perguntar o que é a filosofia. Nunca havíamos deixado de fazê-lo, e já tínhamos a resposta que não variou: a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos. Mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão (DELEUZE, 2000, p. 131).

Se filosofar é criar conceitos a partir de uma necessidade e o conceito é a ferramenta de “experimentação” do filósofo (ROCHA, 2008, p. 41) esta experimentação é a própria natureza do acontecimento. A proposta de compreender a experimentação como algo criativo envolve a própria alternativa deleuzeana para oferecer uma nova forma de pensar, pois ainda: “Pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar, e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer.” (DELEUZE, 2000, p. 132). Neste sentido, experimentar está no limite entre o dado e o novo, pois para Deleuze o pensar não está desassociado da experiência (ou exclusivamente depende dela), antes mesmo, é por meio desta que é possível superar o dado ou hábito e de criar algo novo, retirar o pensamento da zona familiar e impor-lhe uma violência criadora, “e o que se há de pensar é do mesmo modo o impensável ou o não-pensado” (DELEUZE, 2006, p. 143).

Em *Mil Platôs* (2009) Deleuze afirma que a literatura é um tipo de agenciamento e que determinados tipos de literatura são potencialmente rizomáticas. No *Diálogos* (1998, p. 22) Deleuze explana que o universo literário, tal como a arte, por muito tempo se constituiu como um decalque do modelo de representação do pensamento: os estilos, normas, escolas só funcionavam como maneiras de neutralizar devires e linhas de fuga. Contudo, há determinadas literaturas que produzem rupturas, linhas de fuga, que estão ávidas por experimentação. Desta forma, uma literatura rizomática produz multiplicidades, provoca algum efeito, se conecta para usos, adquire funções, movimentando-se no seu devir, é uma toca¹, cheia de entradas. Seus personagens são sempre imagens de desterritorialização, desfazendo significações.

Ao longo de uma grande história, o Estado foi o modelo do livro e do pensamento: o *logos*, o filósofo-rei, a transcendência da Idéia, a interioridade do conceito, a república dos espíritos, o tribunal da razão, os funcionários do pensamento, o homem legislador e sujeito. É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem. Mas a relação de uma máquina de guerra com o fora não é um outro "modelo", é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade, que torna o livro uma peça para todas as máquinas móveis, uma haste para um rizoma (DELEUZE, 2009, p. 36).

Percebe-se que a literatura pode efetuar linhas de fuga e promover novos devires também do campo político e social, desde a reprodução de um estado de coisas até a recriação da subjetividade: o texto literário absorve e é absorvido, representa e é representado, ele é território (sedentário) e linha de fuga (nômade). Na liberdade de tudo dizer, o texto literário ultrapassa estratos cronológicos e geográficos e, faz rizomas... Florescendo no meio.

LITERATURA MENOR: DEVIR REVOLUCIONÁRIO

Por meio do conceito da literatura menor e maior, a dupla Deleuze e Guattari (2003) impulsiona uma visão da criação literária como algo capaz de transformar e transvalorar o viés hegemônico, por meio de um movimento dialético derivado no seio do próprio modelo canônico.

Tal percepção rizomática nos propõe uma concepção de literatura menor como um texto aberto, em movimento e não uma composição enrijecida e hierárquica. Neste contexto o texto literário surge como uma escolha que pluraliza esses dinamismos e nos oferece saídas para a percepção de um grupo, de uma sociedade, pois o escritor ou ensaísta não fala somente por si mesmo, ele é o porta-voz habilitado por outras vozes.

¹ Deleuze e Guattari usam o termo "toca" em *Kafka-por uma literatura menor*, para exemplificar as múltiplas entradas em uma obra literária rizomática.

Para tornar esta ruptura com a imagem do pensamento tradicional uma experiência teórica de fato e possibilitar um sistema de pensamento, Deleuze sempre elegeu a literatura como uma imagem capaz de possibilitar e guardar toda a efervescência do rizoma. Cada conceito da filosofia deleuziana é descrito em relação com um personagem literário, um evento fictício, uma declaração. Em suma, cada camada do trabalho teórico de Deleuze - a camada das demonstrações pragmática ou o sistema rizomático – se evidencia no mundo da experiência literária.

Rizoma é literatura e esta literatura cria uma rede de questões convergentes, que projetam luz sobre um texto multifacetado. A literatura rizomática recusa interpretações, busca experimentações. Opõem-se ao dado e ao identitário com outras modalidades, vai além dos seus limites: não há fórmulas ou hierarquias pré-estabelecidas. Assim, a literatura é um agenciamento com potencial de conectividade com outros agenciamentos, se associando a linhas de fuga, rompendo com a lógica binária hierárquica e instalando desterritorializações.

Ao instaurar linhas de fuga, a escrita literária possibilita rupturas no esquema radicular e promove frestas no discurso do poder. A menoridade surge mediante a existência dos desvios, como diferença e anomalia em devir cuja tarefa é a experimentação da escrita com o objetivo de violentar o pensamento dogmático.

É diante desta perspectiva que pensar a paridade minoritário/majoritário nos convida para além de uma relação numérica, tal como os filósofos Deleuze e Guattari explicitam em *Mil Platôs* (2011):

A noção de minoria, com suas remissões musicais, literárias, lingüísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. (p. 55)

Segundo Deleuze e Guattari (2003, p.38) uma literatura menor diz respeito ao deslocamento proposto por uma minoria em uma língua hegemônica e dominante diante da impossibilidade de “escrever de outra maneira”. É o indicio de que as normas sociais e políticas deslocam-se em meio a um modelo raizificante ou canônico e possibilitam linhas de fuga. Instaurar linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (1998) deve ser compreendido como uma literatura que não se limita em reconhecer territórios e saberes, mas, pelo contrário, questiona os modelos e se propõe a novos encontros nas relações em que foi produzida, instaurando novas linhas de fuga: é fuga diante de fuga.

Como destaca Moreira (2002) o campo literário e a arte em geral é geradora de uma miríade de acontecimentos com capacidade de transvalorar a realidade, produzindo formas de resistências e de polissemias de desejos. Por isso mesmo, o potencial revolucionário reside na menoridade como

local de diferenciação e com uma experiência do fora, possibilitando não somente novas formas de vida e subjetividades, como também afirmar o devir, o que ainda pode acontecer, enfim- o por vir.

A literatura é rizomática, mas esta deve ser constituída por fluxos e linhas de fuga, por isso a literatura pode aparecer conectada a multiplicidades sem perder sua organicidade, totalidade e sua autonomia. O caminho das multiplicidades nos convida a buscar estratégias de inteligibilidade das múltiplas formas de vida até mesmo dentro da arte. Sua natureza incerta nos mostra que toda forma é um estado variável de algo que sempre estar por vir. Mas, enquanto o rizoma não precede de início e nem fim, a literatura faz um corte (um mapa). Ela bloqueia os caminhos múltiplos discursivos para inserir sua voz ou vozes, operando novos desvios, novos significados, mesmo no que ainda é interdito. Em seguida, ela esboça uma linha que corre em direção ao futuro, o que desestabiliza (decalca) o presente.

A LITERATURA NATIVA COMO LITERATURA MENOR

A literatura indígena textual contemporânea não é um fenômeno recente, desde a década de 80 existem produções de autoria indígena, mas, sobretudo no final da década de 90 e nos primeiros anos do século XXI é que se torna uma questão urgente discutir e pôr em relevo este processo de empoderamento que repercute em questões tão pontuais como alteridade, a escrita de si, mito, história, encontros, desencontros, resistência e tantas outras formas e textualidades que a literatura pode nos revelar.

O outro, o índio sempre teve sua visibilidade e sua identidade transpassada pela produção discursiva do não-índio: a literatura indianista buscava informar (ou deformar?) uma visão e uma escrita sobre o índio de forma homogeneadora e etnocêntrica, sempre sobre o prisma ocidental, compartimentado na ideia de uma forma maior do fazer literário, que exclui e condiciona para a marginalidade as textualidades dissonantes. Segundo Alice Martha (1999):

Vistas, desde a Carta de Caminha, como elementos exóticos da terra, as figuras indígenas foram forjadas a partir de identidades europeias criadas por autores brancos, e mostravam-se incapazes de relatar, com voz própria, sua realidade e seus costumes. (p. 324)

Para Olívio Jekupé (2009) é de vital importância que o lugar e o não lugar do índio dentro da sociedade sejam de uma busca por uma construção identitária própria que não expurgue elementos indissociáveis da cultura e modo de vida nativo, como por exemplo, as marcas da oralidade, a valorização das imagens e textualidades, a forma e estrutura de contar histórias, sua ligação com a cultura e todo um imaginário de um povo.

Essa especificidade no fazer literário nativo nos coloca em frente a importantes questões de pesquisa no campo linguístico-literário e da crítica cultural, pois procura por em destaque de que modo uma dada hegemonia literária de natureza eurocêntrica se relaciona com as formas diferenciadas e subalternas do fazer literário, mais precisamente da marginalização da literatura indígena que é uma realidade ainda menosprezada e descaracterizada dentro deste modelo hegemônico.

Na recente literatura nativa se percebe uma proposta de revisão histórica que transfere a visão da identidade indígena historicamente baseada no equivoco e preconceito pelos não índios, para uma proposta de autodenominação que se insinua ou pode se experimentar como uma literatura afirmativa e imprime em sua obra um caráter menor.

Segundo Deleuze e Guattari (2003, p. 41): “As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, agenciamento coletivo de enunciação”.

O movimento de se apoderar do português na literatura nativa, segundo Graça Graúna (2013) é um recurso para efetuar um outro projeto de representação que subverte a lógica lusocêntrica e instaura um outro modelo discursivo dentro da própria língua que busca uma “desobediência aos paradigmas”.

Se de uma certa forma a literatura propicia uma representação de nacionalidade, tal como ocorreu no movimento indianista literário no início do século XIX, tal “contraliteratura”, nas palavras de Graúna, pode possibilitar a ampliação do olhar sobre as diferenças culturais e expandir a conquista do poder para as minorias na esfera da produção intelectual (p. 66).

Tornando o subalterno uma potência criativa, a literatura nativa se configura em um agenciamento coletivo, um refundamento e um discurso de pertencimento que coloca uma língua maior num processo de fluxo e fuga.

Essa percepção de deslocamento e fuga em meio a um processo de movimentação política da língua, à saber, o português do não-indio sendo operado pelos grupos indígenas potencializa a literatura nativa como fortalecedora dos grupos étnicos envolvidos e produtora de subjetividades, como destaca Barzotto (2012):

A emergência da literatura pós-colonial acontece pela negação e anulação dos ditames normativos eurocêntricos de padronização universal que pregam a linguagem da metrópole como norma e marginalizam as variantes como ‘impuras’, surgindo a ab-rogação. Esta escrita se desenvolve com a apropriação da linguagem e da escrita dominante com vistas a novos e específicos usos, pois se a língua tem condições de perpetuar a estrutura hierárquica do poder também as tem para

subverter o discurso opressor e deixar emergir a eficácia da voz pós-colonial. Desta forma, a língua inglesa usada na Guiana jamais será e nem pretende ser como o 'inglês da rainha', usado na Inglaterra, e o mesmo processo acontece entre a língua portuguesa do Brasil e de Portugal (p. 84).

Tal percepção nos coloca diante de um fazer literário que combina ao mesmo tempo uma especificidade política e étnica que se relaciona diretamente a sua condição de pronunciar uma tradição, uma voz coletiva que vai além das simples identidades enquanto indivíduos.

Os escritores indígenas mobilizam em seus textos as tradições orais, o caráter performático de tais tradições e incorporam a etnicidade de sua nação indígena de pertencimento ao "traduzir" para a escrita uma voz coletiva, recuperando-a e experienciando-a em um pronunciamento político que diz respeito a um povo inteiro, sua sensibilidade e sua história.

Por meio desta ramificação do individual no plano coletivo os escritores nativos através de sua menoridade literária pronunciam um agenciamento coletivo de enunciação, onde a aparente subjetividade isolada do escritor transporta o devir revolucionário politizado do desejo de várias vozes.

UM POVO POR VIR...

A partir de um processo de construção de uma identidade indígena por meio da composição étnico literária se pode perceber que a literatura se constitui como um devir revolucionário. Para além de qualquer representação a literatura mobiliza a linguagem para um estado de devir e a mergulha em um conjunto de forças e embates para a construção de uma menoridade política.

Com a literatura nativa contemporânea desempenhado um importante papel no fortalecimento ético da cultura das nações indígenas, não somente em frente ao cânone, mas também na própria conjuntura do "estado-nação maior", os escritores nativos contemporâneos se apegam ao elemento da tradição e ancestralidade para tecer os rumos de uma velha e, ao mesmo tempo nova história que busca recompor os elementos da oralidade, de sua indianidade e de se contrapor a modelos interpretativos de caráter universal.

Em um texto intitulado "A literatura e a vida" Deleuze (1993) afirma que a literatura está em íntima relação com aquilo que está inacabado, como o que está por vir. Segundo o autor, não há componente de fuga e de devir-potência naquilo que é preponderante, que é dominante. Segundo Deleuze (1993):

O devir não vai noutro sentido: não devimos Homem, mesmo que o homem se apresente como uma forma de expressão dominante que pretenda impor-se a toda

a matéria; ao passo que mulher, animal ou molécula têm uma componente de fuga que se descarta à sua própria formalização (p. 11).

Neste sentido a tarefa da literatura nativa contemporânea não é de compor um caminho em busca de se afiliar ao cânone ou de se tornar parte dele, se adequando até ceifar sua diferença em um jogo de “mais do mesmo”. É compor uma máquina de guerra capaz de desestabilizar territórios e levar seu processo de desterritorialização ao infinito.

A escrita nativa é uma desmontagem do modelo de cidadania proposto pela visão unívoca de uma razão nacional (RAMOS, 1991) e se estabelece como um convite a repensar o parâmetro lusocêntrico com que determinadas categorias ou subcategorias que são instituídas mediante ao cânone adquirem um caráter subalterno: é literatura, mas é nativa ou indígena, porque de forma oculta está o pressuposto que a única literatura de verdade é a escrita em português. O guarani, o mundurucú, tupinikim, tupinambá entre uma miríade de outras línguas devem ser “traduzidas” para o português.

A literatura indígena é estranhamente considerada exógena (quando no seu idioma original) pela mesma tradição lusocêntrica que no apogeu do movimento indianista romântico defendeu o nativo ou indígena como o elemento originário e simbólico do Brasil, enquanto estado nação independente.

Se, por um lado, a construção de uma identidade nacional por meio do parâmetro universalista não atende aos anseios e necessidades transculturais dos povos indígenas (Ramos, 1991), por outro, o desejo de uma noção de cidadania que legitime a diferenciação pela equivalência pode ser alcançada por meio da literatura nativa.

Sendo a porta-voz autorizada de um conjunto de nações étnicas e suas especificidades, assim como defende Deleuze (1993) a literatura é iminentemente política, colocando-se ao lado dos desejos e anseios das minorias. Ela nos permite pensar em um mecanismo de desmontagem da ideia de uma razão nacional pautada na semelhança. De acordo com Deleuze (1993):

Precisamente, não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, eternamente menor, absorvido num devir-revolucionário. Talvez ele não exista senão nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado. Bastardo não designa já um estado familiar, mas o processo ou a deriva das raças. Eu sou uma besta, um negro de raça inferior para toda a eternidade. É o devir do escritor. Kafka para a Europa central, Melville para a América, apresentam a literatura como enunciação colectiva de um povo menor, ou de todos os povos menores, que, por intermédio do escritor e nele próprio, encontram a sua expressão. (p. 5-6)

Esse povo por vir, esse povo cuja vida permanece na fronteira (BHABHA, 1998) é a chave para a instrumentalização de um diálogo transnacional. É o ecoar de uma voz fugidia, posta em devir-

indígena, que não atende mais pela visão idílica do indígena, que no lugar do “eu” e do “tu” desloca sua escrita para o “nós” diante das normas e do cânone estabelecido, “a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos retira o poder de dizer Eu” (DELEUZE, 1993, p.3).

Mediante Deleuze (1993) é somente no desejo de permanecer de fora que uma literatura pode ser considerada menor, revolucionária e fronteira. É só por meio disto que a literatura se efetua enquanto afirmação da vida e saúde.

Somente como anunciadora de uma potência que ainda não existe, mas é real, pode estabelecer um modo de criar e resistir.

PROJETO DE SUMÁRIO:

CAPITULO 1:

Sumário

Introdução

Capítulo 1: Contextualização histórica ou *o Jogo de uma outridade no tempo*

O romantismo brasileiro

Representações de indianidades na literatura brasileira

Animais literários, animais políticos: formação da identidade nacional na literatura indianista

Outridade perdida: a construção da representação do indígena no imaginário nacional

A ideologia e o cânone na literatura

Orality: a palavra sagrada

Comunidades poéticas e seus deslocamentos ou *Meu destino é ser onça*

Nação Guarani: um povo como tantos outros

Os contrapontos da cidadania indígena no Brasil

Fortalecimento étnico pela literatura ou *A escrita do impossível*

A identidade cultural indígena no pós-indianismo

Modernidades indígenas: escrita, deslocamento, antropofagias

Contrapontos da literatura indígena contemporânea

Com esta primeira proposta para o primeiro capítulo pretende-se fazer uma releitura da imagem sacralizada dos indígenas na historiografia literária tradicional, assim como buscar contraporla aos nomes da crítica cultural evidenciando deslocamentos, pontos de fuga e agenciamentos coletivos. As obras literárias do autor Olívio Jekupé serão conclamadas a estabelecer ligações nos capítulos propiciando uma organização estética e estilística no texto, ao mesmo tempo dialogando com a fortuna crítica e conceitual do referencial teórico. O ideal é transformar as próprias obras do autor como agenciamentos maquínicos e dispositivos de enunciação.



REFERÊNCIAS

- BARZOTTO, Leoné Astride. A construção da identidade cultural por meio do texto literário pós-colonial: Brasil e Guiana. In: Alexandra Santos Pinheiro; Paulo Bungart Neto (Org.). *Estudos Culturais e Contemporaneidade: Literatura, História e Memória Dourados*. Ed. UFGD, 2012. p. 81-107.
- BHABHA, H. Locais da Cultura. In: *O local da Cultura*. Trad. Myrian Ávila, E. Lourenço e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *La Littérature et la Vie, Critique et Clinique*, Minuit, Paris, 1993. p. 11-17.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v I. Trad. Aurélio Guerra Neto; Celia Pinto Costa. São Paulo: editora 34, 2009.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. v. II. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka - Para uma Literatura Menor*. Ed. 0789, Lisboa: Editions Minuit, 2003.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUZMÁN, Tracy Devine. *Native and National in Brazil: Indigeneity after Independence*, Carolina do Norte: A project of First Peoples: New Directions in Indigenous Studies, 2013.

MACHADO, Roberto. *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MUNDURUKU, Daniel. *O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

MOREIRA, Osmar. *Folhas Venenosas do Discurso: Um Diálogo entre Oswald de Andrade e João Ubaldo Ribeiro*. Salvador: Uneb/ Quarteto, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. *Os Direitos do índio no Brasil: Na encruzilhada da cidadania*. Brasília: UNB, 1991.

ROCHA, Jorge A. C. *Gilles Deleuze: As aventuras do conceito*. UEFS. Núcleo de Estudos e pesquisas em Filosofia. Feira de Santana, 2008.

SEGATO, Rita Laura. *Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje*. Crítica y Emancipación, (3): 11-44, primer semestre 2010.